

A IMPORTÂNCIA DO NEOLIBERALISMO NA ENTRADA DO BRASIL NA OMC E NO MULTILATERALISMO COMO NOVA POLÍTICA GOVERNAMENTAL

The Importance of Neoliberalism to Brazil's WTO
Entry and to Multilateralism as a New Governmental
Policy

*Jacqueline A. Haffner¹
Camila Feix Vidal²*

1. Introdução

Criada em 1995 em substituição ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), a Organização Mundial do Comércio (OMC) é hoje o maior fórum internacional de negociações comerciais entre Estados, dos quais 153 são membros. O Brasil é um dos signatários originais da Organização. Contrariando a relativa demora do Legislativo e do Executivo na ratificação de tratados internacionais, a aprovação do tratado constitutivo da OMC pelos dirigentes brasileiros é considerada uma das mais rápidas da história do país.

O meio século que separa a criação do GATT e o seu fim, dando lugar à OMC, correspondeu a um período de grandes transformações políticas e econômicas no Brasil. O Brasil, durante a era do GATT, caracterizou-se por uma postura reivindicatória nos foros econômicos multilaterais, tendo contribuído significativamente na inclusão de importantes cláusulas ao texto do Acordo que beneficiavam países em desenvolvimento. O fim do GATT, e início da OMC, marca uma nova etapa no comércio internacional, com o objetivo de uma maior eficácia e institucionalização nas relações de troca entre os países; e uma transformação da política econômica e inserção internacional

¹ Professora da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. (jacqueline_haffner@hotmail.com)

² Aluna de Mestrado em Ciência Política-UFRGS. (milafeix@yahoo.com.br)

brasileira. Em função de pressões externas e devido às sucessivas crises econômicas internas, o Brasil adota políticas neoliberais na década de 1990. A diplomacia reivindicatória, que buscava mudar a ordem, a partir de então é substituída por uma política que busca no multilateralismo uma forma de maior participação e influência na definição dos parâmetros econômicos internacionais. Seguindo a análise de Cervo: “o multilateralismo foi eleito como meio de ação da nação desprovida de poder para realizar sua vontade” (CERVO, 2002, p. 10). A adesão do país na OMC foi, portanto, consequência de uma conjuntura interna favorável, de pressões externas e de fragilidades internas.

A relevância do tema proposto é demonstrada pelo atual contexto externo. A OMC, como mencionado, é hoje a maior organização comercial. É inevitável a crescente importância que essa instituição vem recebendo em um ambiente global cada vez mais interligado e dependente. O Brasil, por sua vez, vem conquistando um papel de destaque na economia e política mundial. É hoje o líder de diversos grupos internacionais que buscam maior equidade internacional, é um reconhecido centro de investimentos estrangeiros, e sua arrecadação advinda de exportações vem crescendo consideravelmente.

2. A Adesão do Brasil ao neoliberalismo

O processo de liberalização na economia brasileira consolidado, especialmente, durante a administração de Fernando Collor de Mello, e a rápida adesão do país à OMC, foram resultados de mudanças políticas e econômicas no Brasil, influenciadas, em grande parte, por uma nova conjuntura global. Surgem, na década de 1980, novos fatores internacionais como o declínio da União Soviética e a ascensão de uma política econômica, o neoliberalismo, fortemente difundida pelos Estados Unidos e Inglaterra. A partir de 1990, o neoliberalismo eclodiu em diversas partes do mundo, tendo sua presença fortemente marcada na América Latina. O Brasil não fugiu à tendência, pelo contrário. Com os governos de Collor e Cardoso, o país seria um dos maiores defensores de tal política. Dessa maneira, o neoliberalismo acabou por condicionar tanto a economia, como a política externa do Brasil, rompendo com paradigmas e tendências

anteriores, como comprova a atuação brasileira durante a última rodada do GATT e a imediata adesão do país à OMC.

2.1 Contexto internacional: o fortalecimento do Neoliberalismo

A década de 1980 foi marcada por diversos acontecimentos internacionais, dentre eles o fim da Guerra Fria e mudanças na política externa e econômica dos Estados Unidos, que influenciariam diretamente a política e a economia brasileira na década seguinte.

De acordo com Naim, a queda do sistema soviético provocou um desencanto com o socialismo e, por consequência, com o planejamento Estatal (NAIM, 2000, p.2). É nesse contexto que surge o Consenso de Washington³, caracterizado pela projeção dos ideais norte-americanos, sendo os Estados Unidos o representante capitalista “vitorioso” ao final da Guerra Fria, nas mais diversas economias mundiais.

Bresser-Pereira aponta que a abordagem de Washington foi influenciada e afirmada por uma nova direita neoliberal, tendo como principais contribuições a escola austríaca (Hayek e Von Mises), os monetaristas (Friedman, Phelps e Johnson) a escola da escolha pública (Buchanan, Olson, Tullock e Niskanen), além de Lucas e Sargent como representantes das expectativas racionais. As percepções desses intelectuais foram compartilhadas por grandes agências multilaterais em Washington, como o Tesouro, o *Federal Reserve* (FED) e o Departamento de Estado dos Estados Unidos. (BRESSER-PEREIRA, 1991, p.6).

Como observa o autor, a partir do Consenso de Washington, se pôde diagnosticar a crise latino-americana como produto da indisciplina fiscal (populismo econômico) e do estatismo (proteção do governo), já que as cinco primeiras reformas

³ O Consenso de Washington pode ser resumido em 10 pontos (reformas): 1) Disciplina fiscal como meio para eliminar o déficit público, 2) Mudança nas prioridades das despesas públicas – eliminação de subsídios e aumento de gastos com saúde e educação, 3) Reforma tributária – aumento de impostos (“a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas”), 4) Taxas de juros positivas, determinadas pelo mercado, 5) Taxa de câmbio determinada pelo mercado, 6) Comércio liberal e orientado para o exterior
7) Investimentos diretos sem restrições, 8) Privatizações de empresas públicas, 9) Desregulamentação das atividades econômicas, 10) Direito de propriedade mais seguro (Ibidem)

promoveriam a estabilização da economia através de ajuste fiscal e adoção de políticas econômicas ortodoxas, enquanto as outras cinco demonstraram a ideia de que o Estado deveria ser reduzido.

Essa nova ordem internacional, baseada em uma direita neoconservadora e identificada com ideias neoliberais, foi consolidada nas figuras de Ronald Reagan no Estados Unidos e de Margaret Thatcher no Reino Unido. Segundo Visentini, essa reestruturação política e econômica foi o “resultado do triunfo da racionalidade do modelo capitalista, da interdependência mundial baseada na economia e na tecnologia, e da democracia como valor universal” (VISENTINI, 1992, p.224).

De acordo com Silva, as ideias neoliberais tiveram destaque com a crise econômica mundial dos anos 1970, quando as potências capitalistas vivenciaram uma grave recessão. Para os neoliberais, a solução seria manter um Estado forte na regulamentação dos sindicatos, mas fraco tanto nos gastos sociais quanto nas intervenções econômicas. Em outras palavras: preconizava-se um “estado mínimo” na ingerência econômica. Com a ascensão de Thatcher na Inglaterra (1979), Reagan nos EUA (1980) e Kohl na Alemanha (1982), o preceitos neoliberais foram, finalmente, postos em prática. Ainda segundo o autor, as mudanças provocadas pelo neoliberalismo passaram pela implementação de três políticas: “privatização das atividades estatais, política de desregulamentação, com a redução da atividade da atuação do Estado como disciplinadora da economia e das relações de trabalho, e a política de abertura ao capital internacional” (SILVA, 2009, p.94-98).

É importante mencionar, ainda, a percepção de Cervo no que diz respeito ao neoliberalismo e à democracia. Segundo o autor, os governos neoliberais, mais precisamente os Estados Unidos, consideravam a supremacia do mercado e a não interferência do governo na economia como derivações lógicas da democracia. Para esses governanos, havia uma conexão bastante clara entre regime democrático e paradigma político (CERVO, 2008, p. 51), um argumento que dava importância e legitimidade para essa nova prática econômica e política no âmbito mundial.

O Consenso de Washington, apoiado nas ideias neoliberais, teve bastante sucesso. Na América Latina, governos como o de Carlos Menem, Fujimori e Collor de

Melo, buscaram aplicar os novos preceitos, rompendo com o desenvolvimentismo e assegurando-se no multilateralismo. Segundo Haffner e Simão, a nova ordem internacional “se consolidou mundialmente, balizada pela interdependência econômica, pela competitividade, pela necessidade de aumentar o consumo e baixar os custos de produção” (HAFFNER e SIMÃO, 2006, p.3).

A disseminação do ideário neoliberal teve, ainda, como contribuintes principais o FMI e o Banco Mundial. Segundo Naim, ao condicionarem o acesso de empréstimos à adoção de reformas econômicas e políticas baseadas no Consenso de Washington, esses órgãos tornaram o “receituário” irresistível. De acordo com o mesmo autor, o fim da Guerra Fria e a crise dos anos 1980 na América Latina tornaram impossível para os países sustentarem políticas que não fossem baseadas em princípios econômicos estáveis ou em ideias que se opusessem a investimentos externos. “Muitos países em desenvolvimento não tiveram outra opção além da de se entregar aos braços acolhedores, porém severos, do Consenso de Washington”. Esses países, para receberem uma “folga” nas suas obrigações financeiras externas, tiveram que derrubar suas estruturas protecionistas, adotando políticas macroeconômicas ortodoxas. Conforme o autor: “uma folga, oferecida em troca da adoção de reformas econômicas” (NAIM, 2000, p.2-4).

Logo, as políticas econômicas neoliberais representadas no Consenso de Washington, foram difundidas amplamente, tendo como respaldo importantes órgãos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Essa política consolidou-se como a única alternativa viável para os países que precisavam sanar suas dívidas externas e sair de um cenário de crise e recessão interna. No Brasil, a adesão à nova política econômica se deu no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992).

2.2 O paradigma Neoliberal no Brasil

No Brasil, o ideário neoliberal foi introduzido no governo Collor e consolidado no governo Cardoso. Destaca-se também a atuação de Celso Lafer, duas vezes Ministro de Relações Exteriores nesse período. Esses três políticos se tornaram referências no país para as mudanças políticas e econômicas que se seguiram.

Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito democraticamente após o Golpe Militar de 1964, tomou posse em um momento de profunda crise econômica no país. A década de 1980 foi reconhecida como a “década perdida” para o Brasil. As contas externas continuavam desestabilizadas, a dívida externa crescia, a inflação não dava sinais de recuo, o índice de desemprego era bastante alto e o Estado não sustentava o crescimento. Assim, o modelo de crescimento do país nesse momento se caracterizava como “stop and go”. De acordo com Cervo, foi nesse contexto de crise interna, que o recém eleito presidente deu nova forma à política e à economia brasileira, afastando-se do paradigma desenvolvimentista (amplamente usado pelos militares que viam na industrialização por substituição de importações o caminho que levaria a nação a um maior crescimento) e aderindo a políticas neoliberais e práticas multilaterais (Cervo, 1994, p. 54).

As principais medidas de caráter neoliberal adotadas no país nesse governo foram: desregulamentação da economia, adoção de política macroeconômica ortodoxa, redução do gasto público, ampla liberalização comercial e privatizações de empresas estatais. Em síntese, o Brasil de Collor adotou o “receituário” previsto no Consenso de Washington a fim de sanar as dificuldades econômicas pelas quais o governo vinha passando.

O neoliberalismo não foi, no entanto, prática exclusiva do Brasil na América Latina. Pelo contrário, a maioria dos países da região aderiram a esse modelo na mesma época em que se consolidava no Brasil. De acordo com Cervo, o neoliberalismo:

“Substituiu a visão estruturalista tradicional e embarcou no paradigma da globalização do fim do século XX. Substituiu a visão dual entre centro e periferia e a ideia de concerto da ordem internacional pela de um mundo unificado pelos fatores transnacionais do capitalismo. O curso profundo desse pensamento abandona, no Brasil, a crítica à economia ricardiana clássica da divisão internacional do trabalho e das vantagens comparativas, e reflete, ademais, o estágio de avanço da competitividade nacional, reivindicando, como benéfico, o livre mercado global” (CERVO, 2008, p. 21).

A chegada do presidente ao poder coincidia com o fim da Guerra Fria, o fim do socialismo e a nova onda liberal em escala global. A conjunção desses fatores, aliado a crise interna com que passava o modelo desenvolvimentista de Industrialização por

Substituição de Importações, foram os condicionantes para uma nova política econômica baseada, essencialmente, nos preceitos neoliberais. Durante a Assembléia Geral da ONU em 1991, Collor foi bastante enfático na adoção de uma nova política econômica para o país: “O ideário liberal venceu Essa é uma observação que faço da perspectiva de um país que optou por uma plataforma liberal” (COLLOR, 1991 *apud* CERVO, 2002, p. 11).

A ampla liberalização comercial ocorrida no Brasil nesse governo foi favorecida, pois, pela mudança de mentalidade trazida não só pelo novo presidente, mas por conjunturas externas, como já exemplificadas. Passou-se a generalizar-se uma convicção, segundo Celso Lafer, de que “não há, nas condições atuais do mundo, permeado pela “lógica da globalização”, desenvolvimento possível em isolamento autárquico”. Segundo o autor, dada a conjuntura internacional de profunda interdependência, o mundo não é para o Brasil uma externalidade; na realidade, “o mundo é mais importante para o Brasil do que o Brasil para o mundo”. Por isso, segundo o autor, a Rodada Uruguai do GATT foi aceita pelo governo brasileiro como linha de política de inserção internacional do país. (LAFER, 1998, p.42-46).

A Rodada Uruguai, como protagonista dos ideais dessa nova ordem econômica, foi uma maneira de se tentar conter a frustração com relação ao GATT em função da insatisfação generalizada com as negociações multilaterais e uma tentativa de conter o avanço do protecionismo via barreiras não-tarifárias

No início da década de 1980, era visível a insatisfação dos países em desenvolvimento que reclamavam da falta de acesso de seus produtos nos mercados desenvolvidos, assim como dos Estados Unidos, que alegavam que suas patentes eram mundialmente violadas. Para os EUA, especificamente, era necessária uma nova rodada que trabalhasse a inserção dos “novos temas” (comércio de serviços, proteção aos investimentos e propriedade intelectual), amplamente defendidos por esse país ((BARRAL, 2007, p. 32-33).

A nova rodada foi iniciada em Punta del Este, Uruguai, em 1986. Segundo o autor, o ambiente político e ideológico em que a Rodada Uruguai foi instaurada, explicam como a expansão e a defesa do livre comércio foi se concretizando nesses

anos, negligenciando preocupações com o desenvolvimento. “Dessa forma, pelo menos na Rodada Uruguai, David Ricardo venceu John Maynard Keynes” (Ibidem, p. 34).

Ao fim das negociações, em 1994, durante a Conferência de Marraqueche, líderes de 123 países firmavam os acordos que criaria a Organização Mundial do Comércio. Finalmente, após cinquenta anos das reuniões de Bretton Woods, se materializava uma organização comercial multilateral, tendo como membros uma maioria absoluta dos Estados do planeta. A OMC entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 1995 (Ibidem).

As principais diferenças entre o GATT e a OMC podem ser resumidas da seguinte maneira, de acordo com Barral:

- 1) GATT: acordo provisório, sem personalidade jurídica / OMC: organização permanente, com personalidade jurídica;
- 2) GATT: partes contratantes / OMC: membros;
- 3) GATT: Órgão de Solução de Controvérsias pouco eficaz / OMC: Órgão de Solução de Controvérsias mais efetivo;
- 4) GATT: normas se restringiam ao comércio de mercadorias / OMC: abarca o comércio de mercadorias, serviços, direitos de propriedade intelectual e medidas comerciais relacionadas com investimentos;
- 5) GATT: acordos plurilaterais / OMC: acordos são praticamente todos multilaterais (exceto os Acordos sobre Aeronaves Cíveis e sobre Contratação Pública - são acordos de adesão voluntária, ou seja, plurilaterais) (Idem).

De acordo com Ricardo Sennes, a Rodada Uruguai acabou, assim, por consolidar os objetivos da política neoliberal, influenciada, principalmente, pela política agressiva de Reagan. Para o Brasil, a Rodada fortaleceu e consolidou a nova política brasileira baseada na inserção multilateral:

“Se para todo o sistema internacional a Rodada Uruguai do GATT representou um fórum político de enorme importância na década de 80, para o Brasil – cuja presença externa estava fortemente calcada na alteração das bases de sua inserção econômica internacional – essa Rodada teve uma importância e uma centralidade ainda maiores. A presença do Brasil no GATT, suas posturas, estratégias de ação, sua relação com outros fóruns de negociações e suas conquistas e derrotas constituíram em elementos centrais da reelaboração geral da matriz básica do posicionamento externo brasileiro” (SENNESES, 2003, p.100-101).

A nova política externa brasileira procurou assumir o processo de globalização e adotar políticas neoliberais como paradigma de desenvolvimento, o que permitiria, na expectativa dos dirigentes brasileiros, superar a crise e a estagnação dos anos anteriores.

Dessa maneira, o Brasil procurou reorientar a sua inserção internacional com base na “autonomia pela participação”, rompendo, assim, com a “autonomia pela distância”; enquanto substituiu sua “matriz de política externa desenvolvimentista pela matriz neoliberal” (SILVA, 2009, p.108).

A administração de Collor, com uma política externa voltada para os Estados Unidos, acabou aderindo aos preceitos estabelecidos por esse último, “configurando um alinhamento à política norte-americana”. Segundo Silva, Collor identificou o mundo com o fim da União Soviética, como sendo o de um sistema unipolar (sendo os EUA a potência hegemônica), ignorando, assim, relacionamentos com outros países, inclusive na Europa e na Ásia (Ibidem p.111).

Desta forma, podem ser estabelecidas três metas para o Brasil durante o primeiro momento do governo: a) atualizar a agenda internacional do Brasil por conta do novo contexto internacional; b) construir um relacionamento alinhado com os EUA; e c) negligenciar o perfil terceiro-mundista do Brasil. Com essa nova orientação, o governo aceitou negociar bilateralmente questões na Rodada Uruguai, defendendo, inclusive, as posições norte-americanas sobre serviços, patentes e propriedade intelectual (Ibidem, p.111-112).

O novo presidente preocupou-se imensamente com essa nova orientação brasileira e promoveu, ao longo do seu governo, grandes e profundas mudanças na economia do país: foi responsável pela ampla abertura comercial do Brasil⁴ e por arrojados planos econômicos que visavam a estabilidade da economia brasileira.

Com relação a liberalização comercial, o processo de abertura do comércio exterior teve as seguintes características:

- a) Eliminação de barreiras não-tarifárias, b) Programa de redução gradual das tarifas de importação, de 40% para 31% em 1990; alíquota máxima de 35% e mínima de 14% em 1993, c) Adoção do sistema flexível de câmbio e d) Reformulação de incentivos à exportação (FURTADO, 1998, p.225).

⁴ O processo de liberalização comercial já havia sido iniciado em 1988. A reforma tarifária reduziu as alíquotas e parte dos regimes especiais de importação. No entanto, não houve mudança significativa no rígido sistema de restrições não-tarifárias vigente desde 1974. O governo de Collor, nesse sentido, foi o grande responsável pela forte aceleração da liberalização comercial (BAUMANN *et alli*, 1998, p. 105).

Como resultado, as importações cresceram a média anual de 13% no triênio (1990-1992), enquanto as exportações caíram em média 9% ao ano no período de 1990 a 1991. Só em 1992 a queda seria revertida (Ibidem).

Dessa maneira, a abertura comercial brasileira encerrou a política anterior, voltada para a substituição de importações, e iniciou um novo período de livre mercado. Essa política comercial buscava inserir-se na nova conjuntura internacional, caracterizada pela expansão do neoliberalismo e também pelo processo de globalização, cada vez mais forte. O governo esperava, com essas medidas, um aumento de eficiência na produção e na comercialização dos bens e dos serviços, tornando a indústria nacional mais moderna e competitiva no plano internacional.

O discurso modernizante, conforme Cervo analisa, deu força à campanha eleitoral de Collor. Com essa concepção, inicia-se nesse governo um amplo desmonte de Estatais. A Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, por exemplo, “símbolo da construção material do nacionalismo de Vargas e ponto de partida histórico do nacional-desenvolvimentismo”, é leiloada em abril de 1993, já no governo Itamar Franco. Até aquele momento, segundo o autor, havia-se privatizado 20 estatais (CERVO, 1994, p.53-54).

No entanto, o fracasso dos planos Collor 1 e 2, aliado à crescente saída líquida de capitais do Brasil (o movimento de capitais foi negativo no biênio de 1990-1991) e à queda sucessiva de taxa de investimento, caracterizaram a economia brasileira nos primeiros anos da década de 1990. Teve como alguns efeitos: crescente obsolescência do setor industrial, forte deterioração da infra-estrutura disponível e aumento da taxa de desemprego. No segundo semestre de 1992, a instabilidade de economia foi agravada com o processo de impeachment do presidente Collor. Houve queda do fluxo de investimentos produtivos e recessão da economia (FURTADO, 1998, p. 226-227).

O período de 1990-1992 foi caracterizado, assim, por elevadas taxas de inflação e forte contração da atividade econômica. Destaca-se, no entanto, a nova orientação econômica e política empregada pelo ex-presidente. Realizaram-se, nesse período, profundas mudanças estruturais na economia brasileira com o objetivo de maior abertura externa, maior modernização, além de uma redefinição do papel do Estado no

setor econômico do país. Como mencionado anteriormente, o governo Collor foi profundamente marcado pelo ideal neoliberal, rompendo com o paradigma brasileiro desenvolvimentista associado a industrialização por substituição de importações, e priorizando o livre comércio e o multilateralismo. Conforme Haffner e Simão:

“Nesta época se abandona definitivamente o modelo de “expansão da estrutura industrial” por um novo enfoque que seria o de modernizar a indústria nacional e torná-la mais competitiva no âmbito internacional sendo inseridas novas técnicas de produção. Desta forma, podemos entender que as bases desta nova política estavam enfocadas na questão da competitividade, em contraponto das políticas anteriores, que objetivavam a expansão produtiva mediante incentivo a substituição das importações” (HAFFNER e SIMÃO, 2006 p. 5).

Itamar Franco, ao assumir a presidência, manteve as linhas gerais do seu predecessor. Os principais fatos econômicos desse governo podem ser resumidos da seguinte maneira:

Queda da inflação; Aumento da credibilidade do país no exterior (principalmente após acordo com bancos credores em novembro de 1993); Prosseguimento do processo de abertura da economia; Continuação do processo de desestatização de empresas, iniciado por Collor; Progressiva melhora das contas públicas; Programa de Ação Imediata (1993), conhecido como Plano FHC (FURTADO, 1998, p. 228).

Fernando Henrique Cardoso foi nomeado Ministro das Relações Exteriores em outubro de 1992, deixando o cargo em maio do ano seguinte para ser Ministro da Fazenda. Nesse governo, Cardoso cria o Plano Real, visando a estabilização da economia. Segundo Silva, esse plano lhe permitiria consolidar as reformas estruturais de perfil neoliberal. De acordo com o então ministro, para aproveitar as oportunidades do mundo pós-Guerra Fria,

“O país há de tomar, como está tomando, decisões internas importantes. A abertura da economia; a reforma do Estado; a atração aos investimentos estrangeiros; a aprovação da Lei de Patentes; a normalização das relações com a comunidade financeira internacional. (...)A globalização da economia mundial e a universalização dos valores democráticos e do livre mercado constituem pontos de referência fundamentais” (CARDOSO, 1993 *apud* SILVA, 2009, p.113-114).

O plano teve sucesso, visto que conseguiu reduzir a inflação e mantê-la sob controle durante um longo período. Foi implantado de forma gradual (fase 1- ajuste

fiscal; fase 2- indexação completa da economia, URV; e fase 3- reforma monetária, URV em R\$), não recorrendo a congelamentos, mas a uma “substituição natural” de moeda, e preocupando-se, ainda, com a correção dos desequilíbrios econômicos então existentes.

A relação com os Estados Unidos passou, no governo de Itamar, a se distanciar daquela iniciada por Collor. Cardoso, como Ministro da Fazenda, já demonstrava um maior pragmatismo na relação:

“É verdade que os EUA individualmente são nosso principal parceiro. Mas uma integração privilegiada com eles seria impossível, dado o próprio dinamismo e a própria vitalidade das nossas exportações para o mercado norte-americano, onde enfrentamos não raro muitas restrições” (CARDOSO, 1993 *apud* SENNES, 2003, p.123).

A prioridade nesse governo passou a ser a integração regional, destacando-se o Mercosul, a Área de Livre-Comércio Sul-Americana (Alcsa) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas). O Brasil tinha interesse em fortalecer seu papel na região e conter as pressões norte-americanas para a criação da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) (SILVA, 2009, p.114).

Cabe ressaltar que os primeiros anos da década de 1990 foram anos de instabilidade política e econômica no país. A crescente taxa de inflação e o impeachment do ex- presidente Collor inviabilizaram, em grande parte, um maior crescimento econômico do Estado e a sua projeção externa. A situação começou a ser revertida no governo Itamar a partir do sucesso do Plano Real, promovido por Cardoso, que colheria os frutos na próxima eleição presidencial. Não obstante, o governo Collor se destaca pela mudança de rumos da política externa e econômica brasileira. Na tentativa de consolidar um governo neoliberal, como estipulado por Washington e Londres, o ex-presidente criou uma nova era para o país. Seguindo o “receituário” dos Estados Unidos, rompeu com o paradigma nacional desenvolvimentista baseado na Industrialização por Substituição de Importações, adotando medidas importantes de privatização e abertura comercial; flexibilizou o câmbio; buscou diminuir o papel do Estado na economia do país; e deu ênfase à modernização da indústria nacional para maior competitividade. No plano externo, o governo manteve-se bastante alinhado aos

Estados Unidos, e alguns teóricos chegaram a fazer uma conexão entre esse governo e o de Dutra, visível nas questões econômicas (seguindo o Consenso de Washington) e nas discussões multilaterais, como na Rodada Uruguai do GATT, onde o Brasil, nesse governo, afastou-se de sua posição pragmática, convergindo com decisões norte-americanas, ainda que essas fossem lesivas ao Brasil.

3. A posição brasileira durante a última rodada do GATT e a entrada do país na OMC

O governo Collor preocupou-se, desde o princípio, em inovar a política externa brasileira, alinhando-se com os Estados Unidos, seguindo o “receituário” econômico de Washington e buscando inserir o Brasil no cenário internacional. Nesse sentido, a Rodada Uruguai do GATT mostrou-se tanto como uma linha de política de inserção internacional, como de evidência dessa nova posição brasileira.

Assim como o neoliberalismo inspirou as políticas de Collor e de Cardoso, internamente e externamente, inspirou também os representantes brasileiros nas negociações da Rodada Uruguai. Segundo Cervo, o Brasil cedeu, no GATT, à pressão dos países avançados: A delegação brasileira reconheceu a propriedade intelectual e o comércio dos serviços, aderiu aos TRIPs (Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio) e aprovou a Lei de Patentes (CERVO, 2002, p. 18).

Demonstra-se, nas negociações do GATT, uma relativa subserviência do Brasil aos Estados Unidos durante o mandato de Collor. Segundo Haffner e Simão, a delegação brasileira, historicamente caracterizada por seu profissionalismo e sua autonomia na condução das suas políticas, demonstrou uma atuação completamente diversa. Nesse contexto de alinhamento aos EUA, o Brasil chegou a apoiá-los durante a Rodada Uruguai, indo de encontro a Comunidade Econômica Européia (CEE) com relação aos produtos agrícolas. Cabe ressaltar aqui que os produtos brasileiros não tinham espaço no mercado norte-americano. “Para aprofundar a relação de subserviência, na reunião de Bruxelas, em 1991, a qual encerraria a Rodada Uruguai, o

Brasil atuou numa posição de coadjuvante dos Estados Unidos contra a Comunidade Européia” (HAFFNER e SIMAO, 2006, p. 10).

A “nova” postura brasileira frente ao GATT pode ser explicada da seguinte maneira: Primeiramente, o próprio governo de Collor, com sua percepção de um mundo unilateral, onde a força do poder recairia somente nos Estados Unidos, percebeu como importante para o crescimento e inserção mundial do Brasil seguir as indicações políticas e econômicas norte-americanas. Concomitantemente, o país passava por um momento de profundo endividamento externo e crise interna, o que o deixava em condições mais vulneráveis no âmbito do GATT. Segundo Sennes, essa condição de vulnerabilidade se apresentava na fraca capacidade de negociação quando os temas em pauta se chocavam com os aspectos do modelo de desenvolvimento e da política externa brasileira, como subsídios, incentivo às exportações, etc. Os países desenvolvidos e os órgãos econômicos multilaterais, como o FMI e Banco Mundial, aproveitaram essa fragilidade para condicionar empréstimos à mudanças na política econômica do país.

“Uma dessas pressões cruzadas foi o condicionamento de concessão de novos empréstimos-ponte do Tesouro norte-americano para o pagamento de serviços atrasados da dívida, em 1983, em troca da mudança de posição do Brasil nas negociações sobre a inclusão dos chamados “novos temas” no GATT” (ABREU 1994 *apud* SENNES, 2003, p.106).

Cabe ressaltar, como mencionado anteriormente, que a inclusão dos “novos temas” era proposta dos países centrais, mais precisamente dos Estados Unidos, que procuravam conter os prejuízos com a falta de normas específicas sobre patentes, propriedade intelectual e serviços. Inicialmente o Brasil era contra a inclusão dessa proposta na Rodada Uruguai, preferindo concentrar-se em temas que versassem sobre têxteis e agricultura⁵. Em função da pressão exercida pelos países centrais, no entanto, o Brasil é “obrigado” a concordar com a inclusão dos “novos temas” na agenda da Rodada do Uruguai. (SENNES, 2003, p.106).

⁵ O Grupo dos Dez (G-10), liderado por Brasil e Índia, entendiam que era necessário trabalhar na Rodada os “*unfinished business*”, em especial a agricultura. Recusavam-se a discutir serviços antes dessas negociações tomarem forma, argumentando desconhecimento técnico sobre o tema em questão (SABA, 2002, p.94).

É importante ressaltar aqui a mudança de atitude dos países centrais tanto nas negociações antes da Rodada Uruguai, como durante ela. Nota-se, sob a direção dos EUA, uma retomada da ofensiva desses países sobre os países em desenvolvimento. Concomitantemente, houve uma fragmentação do bloco político dos países em desenvolvimento em função de diferentes interesses e posturas entre os que tinham maior ou menor grau de industrialização. O Brasil sofreu, portanto, as consequências desses dois processos que acabaram sendo potencializados pela sua vulnerabilidade econômica diante da crise em que o país passava. Assim, o Brasil “ao mesmo tempo que se viu isolado politicamente nas negociações do GATT e em outros fóruns, foi obrigado a dar resposta, em meio a sua crise, às pressões bilaterais e multilaterais por reformas de seu modelo econômico e industrial” (Ibidem, p.108).

A crise interna e o endividamento externo do país foram, sem dúvida, motivos importantes, se não os principais, da mudança de atitude da delegação brasileira durante a Rodada Uruguai. Apesar de, tradicionalmente, o governo manter uma postura reivindicatória e pragmática em fóruns multilaterais, em especial no GATT, a partir da presidência de Collor e em função das sucessivas crises de vulnerabilidade, criou-se um ambiente político e econômico adverso à capacidade do Estado de mantê-la. Sennes analisa três fatores que explicariam esse processo de relativa perda de autonomia brasileira: Primeiramente, a crise interna (econômica e política) atingiu a operacionalização da política externa brasileira. Destacaram-se, nesse contexto, a inflação, a crise fiscal e o endividamento externo com elementos que diminuiriam a possibilidade de manobra e barganha do país. Em um segundo momento, a crise econômica passou a ocupar papel central na política externa, com os problemas da balança de pagamento. No terceiro momento, notou-se uma perda na capacidade autônoma de negociação do Brasil, se tornando vulnerável às pressões dos países centrais e dos órgãos econômicos multilaterais. O Brasil cedeu em várias questões, não conseguindo manter sua postura historicamente reivindicatória (Ibidem, p.117-118).

Com o governo Itamar Franco, percebe-se uma mudança na política de subordinação aos EUA, como já mencionado anteriormente. O governo passou a enfatizar o âmbito multilateral da política externa e a defender uma maior

representatividade no processo decisório internacional. No entanto, com relação ao GATT, o governo seguiu a linha de Collor, defendendo o abandono de barreiras protecionistas e defendendo a institucionalização de um regime multilateral de comércio. A delegação brasileira teve algumas vitórias durante a Rodada Uruguai, como na exportação de metais, chá, café, cacau, açúcar e óleos vegetais; mas, abriu o mercado de serviços, sem que houvesse redução dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos (SILVA, 2009, p.116).

As negociações da Rodada Uruguai, a mais longa da era do GATT, foram concluídas em dezembro de 1993, 8 anos após o seu início. A Ata Final foi assinada em Marraqueche, no Marrocos, em 15 de abril de 1994. O seu maior legado foi, sem dúvida, a criação da OMC, em substituição ao GATT. Apesar de modestos resultados para os países em desenvolvimento (quanto às áreas têxteis e de agricultura), “ganhos menos visíveis e não-quantificáveis foram obtidos pela própria preservação do sistema multilateral e seu fortalecimento, com a criação da OMC e o aprimoramento do mecanismo de solução de controvérsias comerciais” (SABA, 2002, p.99).

A Ata Final da Rodada do GATT foi assinada pelo Brasil durante o governo Itamar, entrando em vigor no Governo Cardoso. Fugindo à regra, o Congresso brasileiro a aprovou em um espaço de tempo bastante curto, ao que tudo indica, por conta da pressão exercida pelo Executivo. De acordo com Alexandre, o tempo médio de aprovação de tratados internacionais pelo Congresso brasileiro é de 667 dias (no período analisado pela autora, de 1985 a 2005). Nas esferas não ligadas ao Legislativo, levando-se em consideração: a) o tempo entre a assinatura do acordo no plano internacional e o envio ao Congresso pelo Executivo; e b) tempo decorrido entre a aprovação do Congresso e promulgação do Presidente, leva-se em média mais 760 dias. Nota-se que os tratados que foram assinados mais rapidamente, foram justamente os que o Executivo exerceu influência. Pode-se inferir, assim, que a “lentidão dos parlamentares está diretamente relacionada à falta de interesse pelo Executivo”. De acordo com a autora, a assinatura da Ata Final do GATT é um desses exemplos (ALEXANDRE, 2006, p.79-83).

Concluída em Marraqueche em 12 de abril de 1994, a Ata foi enviada em 29 de junho para o Congresso (processo que já demonstra bastante rapidez em comparação com o tempo médio de 295 dias que normalmente levaria para um tratado chegar ao Legislativo). Contrariando a média de 667 dias para aprovação, o Congresso aprovou a Ata Final em menos de 6 meses, apesar de o acordo ser bastante complexo, com inúmeros anexos e protocolos. A aprovação deu-se ao mesmo dia em que foi promulgado o decreto legislativo, em 21/12/1994. O acordo, assim, entrou em vigor para o Brasil em 01/01/1995⁶ (Ibidem).

A assinatura da Ata Final da Rodada Uruguai pelo Legislativo e a sua promulgação pelo Executivo fez desse o décimo tratado multilateral com tramitação mais rápida no Congresso: 167 dias. Demonstrando agilidade atípica, tanto do Legislativo como do Executivo, o resultado foi obtido após o esforço do governo brasileiro que, segundo Celso Amorim, “temia alongar o processo de aprovação interna e não poder figurar como membro fundador da OMC” (AMORIM 2001 *apud* ALEXANDRE 2006, p.84). Era interessante para o Brasil, ao tornar-se fundador da mais importante organização mundial de comércio, demonstrar a nova atuação do governo brasileiro, agora voltado para a universalização, livre comércio e descentralização. A rápida adesão do Brasil na OMC é, pois, prova da mudança de políticas econômica e externa do Brasil baseadas no ideário neoliberal.

Como já analisado anteriormente, Cardoso obteve sucesso como Ministro do governo de Itamar na elaboração do exitoso Plano Real. A sua candidatura e eleição como presidente da República se deve, principalmente, a esse Plano. Enquanto Itamar não aprofundou as medidas neoliberais iniciadas por Collor, mas as manteve, Cardoso retornou ao neoliberalismo como base de seu governo. De acordo com Silva, a Folha de S. Paulo, ao analisar a nova política externa do governo, intitulava o artigo como “A nova geração do Itamaraty é neoliberal”, mostrando, através de entrevistas com diplomatas, o aprofundamento dessa ideologia dentro do corpo diplomático. O próprio

⁶ Cf. MSC n. 498, de 29/06/1994; Decreto Legislativo n.30, de 15/12/1994; e Decreto n. 1355 de 30/12/1994 (ALEXANDRE, 2006, p.84).

Chanceler Celso Amorim afirmava a posição “universalista” do Brasil. De acordo com o jornal:

“O Itamaraty passa por um acelerado processo de “neoliberalização”. Sob a influência de um cenário internacional que ainda busca a acomodação à realidade pós-Guerra Fria, a diplomacia brasileira vive uma fase de revisão de conceitos. Durante os governos militares, o Itamaraty consolidou a fama de “terceiro-mundista”. Na gestão Collor, esteve às voltas com um onírico discurso direcionado para o “Primeiro mundo”. Agora, tenta firmar-se como uma casa “universalista”. A eleição de Fernando Henrique Cardoso, apoiado por aliados políticos de perfil liberal, reforça a nova tendência da política externa do país” (SOUZA, 1994 *apud* SILVA, 2009, p.117).

O governo ainda demonstrava seu perfil neoliberal defendendo a redução do tamanho do Estado, a eliminação de barreiras protecionistas e a atração de capital externo. Silva aponta que, no governo Cardoso, a matriz neoliberal foi, efetivamente, aprofundada. Durante o seu governo, várias privatizações foram feitas, dando preferência ao capital externo para essas aquisições. Cardoso, segundo o autor, implementou as duas gerações de reformas sugeridas pelo Consenso de Washington: O Brasil implementou, na primeira geração, políticas de rigidez fiscal, diminuindo o Estado de bem-estar. Na segunda geração, o país buscou angariar garantias para o investimento externo e maior transparência dos gastos públicos (SILVA, 2009, p.120).

A consolidação do modelo neoliberal no governo de Cardoso reflete, pois, que a adesão do Brasil na OMC como membro signatário original (resultado, entre outros fatores, de ideais neoliberais), não foi um ato isolado, típico dos governos de Collor e de Itamar, mas se encontrava inserido nessa nova lógica econômica e política, perdurando e caracterizando a década de 1990 no país.

CONCLUSÕES

Buscou-se, nesse artigo, demonstrar como a rápida adesão do Brasil na OMC fundou-se em um contexto amplo de mudanças na política externa e econômica do país. Inicialmente comandando pelos Estados Unidos e Inglaterra, o neoliberalismo influenciou diversos países ao redor do mundo, inclusive o Brasil, a adotar políticas condizentes com o “receituário” de Washington . A partir da adoção dessas medidas, os

países deveriam minimizar, senão acabar, com as profundas crises econômicas que os assolavam. Por intermédio do Banco Mundial e FMI, o Consenso de Washington (que garantia o empréstimo e/ou o refinanciamento de dívidas existentes a partir da adoção de suas medidas), foi sendo implantado nos mais diversos países. No Brasil, essas reformas foram iniciadas por Collor e consolidadas por Cardoso. O interesse do Executivo pela rápida adesão do Brasil na OMC é prova dessa mudança política no país, baseada em um ideário neoliberal e na busca por uma maior inserção internacional brasileira através de organismos internacionais.

Cabe mencionar aqui que, ainda que o governo de Collor e de Cardoso não tenham, explicitamente, abandonado o desenvolvimento baseado na industrialização por substituição de importações como vetor nacional, as políticas neoliberais adotadas, como a abertura econômica indiscriminada e o desmantelamento das estatais, apresentam-se como um rompimento do modelo econômico até então vigente. A Rodada Uruguai e a adesão do Brasil como membro original na OMC são exemplos visíveis e significativos que atestam essa mudança política e econômica do país. Da retórica reivindicatória nas negociações multilaterais e da busca pelo interesse nacional caracterizado pelo desenvolvimentismo, o Brasil passa a demonstrar uma postura de relativa subserviência aos Estados Unidos – tanto nas negociações econômicas multilaterais quanto na adoção de medidas econômicas.

No entanto, como foi demonstrando ao longo do artigo, a adoção do neoliberalismo pelo governo brasileiro durante a década de 1990 não foi uma decisão irresponsável, baseada em um argumento unicamente ideológico. Vários fatores, internos e externos, contribuíram para a adoção dessas medidas. Internamente destacam-se a crise econômica pela qual o Brasil passara durante a “década perdida” de 1980 - identificada com o choque do petróleo e de uma possível saturação na política de industrialização por substituição de importações. Esses fatores teriam sido responsáveis por um aumento da dívida externa, fragilizando e limitando o poder de barganha do país ante os seus credores externos. Nota-se, ainda, o aspecto ideológico dos dirigentes brasileiros. Como destacado por Silva, a percepção de Collor, com o fim da Guerra Fria, era a de um mundo unipolar e, portanto, um alinhamento com os Estados Unidos –

potência hegemônica – seria extremamente benéfico ao Brasil. Externamente, destaca-se a conjuntura internacional favorável a adoção de tais medidas, como a preferência pelo capitalismo em um momento de aprofundamento da globalização, e as pressões exercidas por credores externos que condicionavam seus empréstimos a adesão dos países ao Consenso de Washington. Conclui-se que, dado o momento histórico pelo qual o Brasil passava, a adoção do neoliberalismo era a única solução viável e disponível ao país.

Assim, constata-se que a adesão do Brasil na OMC foi motivada por políticas neoliberais que caracterizaram a década de 1990 no país. Essa adesão, uma das aprovações mais rápidas já realizadas pelo Congresso e Executivo, fez parte do novo paradigma brasileiro que buscava maior inserção internacional através de um alinhamento com os Estados Unidos e com os organismos internacionais; e de consolidação econômica seguindo as diretrizes neoliberais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de; AUGUSTO, Braz José de. **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. Volume 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

ALEXANDRE, Cristina Vieira. **O Poder Legislativo na Política Externa**. Dissertação de Mestrado, PUC-Rio. 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações Internacionais e Política Externa do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

_____. **O Brasil e o Multilateralismo Econômico**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

- ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (org.). **Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- AMORIM, Celso. **A Diplomacia Multilateral do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2007.
- BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.
- BARRAL, Welber. **O Comércio Internacional**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2007.
- _____. **O Brasil e a OMC**. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.
- BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo; PRADO, Luiz Carlos Delorme; CANUTO, Otaviano. **A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília. Disponível em < <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/>>
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Brasília. Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/>>
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 21(1), Abril 1991 p.3-23.
- BROGINI, Gilvan Damiani. **OMC e Indústria Nacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.
- BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2002.
- CERVO, Amado Luiz (org.). **O Desafio Internacional**. Brasília: UNB, 1994.
- _____. **Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso**. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, 2002.
- _____. **Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CHEREN, Mônica Teresa Costa Sousa; SENA JUNIOR, Roberto Di (org.) **Comércio Internacional e Desenvolvimento: uma perspectiva brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2004.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

GONÇALVES, Reinaldo. **O Abre-Alas: A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.

_____. **Economia Política Internacional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

HAFFNER, Jacqueline A. H.; SIMÃO, Ana Regina Falkembach. **O Projeto de Inserção Internacional de Collor de Mello**. Porto Alegre, 2006.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasília, 1977.

KANT, Immanuel. **À Paz Perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 1989.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política**. São Paulo: Makron Books, 2000.

LAFER, Celso. **A OMC e a regulamentação do comércio internacional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

MAGALHÃES, Luiz Roberto Paranhos de. **Subsídios na Disciplina da Organização Mundial do Comércio – OMC**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira; SILVA, Roberto Luiz. **O Brasil e os Acordos Econômicos Internacionais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O Espírito das Leis**. Brasília: UNB, 1982.

NAIM, Moises. O Consenso de Washington ou a Confusão de Washington? **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro, 2000.

SABA, Sérgio. **Comércio Internacional e Política Externa Brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SENNES, Ricardo. **As Mudanças na Política Externa Brasileira nos anos 1980**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, André Luiz Reis da. **Do Otimismo Liberal a Globalização Assimétrica.** Curitiba: Juruá Editora, 2009.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Grande Crise: A nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90.** Petrópolis: Vozes, 1992.

____. **Relações Internacionais do Brasil II: 1930-1964.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

WORLD TRADE ORGANIZATION. Disponível em <<http://www.wto.org/>>

Artigo recebido dia 14 de Janeiro de 2012. Aprovado em 02 de fevereiro de 2012

RESUMO

O artigo tem como objetivo abordar a adesão do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), cuja entrada em vigor deu-se em janeiro de 1995, como membro fundador. Através de análises interna e sistêmica durante as décadas de 1980 e 1990, buscou-se demonstrar os vários fatores que influenciaram o país a adotar medidas de caráter neoliberal, culminando na rápida aprovação do tratado constitutivo da OMC pelo Legislativo e Executivo brasileiro. Observa-se que o interesse dos dirigentes brasileiros em figurar como membro fundador da Organização reflete uma nova lógica de política externa e econômica no Brasil, baseada no multilateralismo e nos ideais neoliberais.

Palavras-chave

GATT, OMC, comércio internacional, economia brasileira, neoliberalismo.

ABSTRACT

The article aims to address Brazil's adherence in the World Trade Organization (WTO), which was established in January 1995, as a founding member. Through internal and systemic analysis during the 1980's and 1990's decades, it examines the various factors that influenced the country to follow neoliberal policies, including the rapid approval of the WTO constitutive treaty by the Brazilian's legislative and executive. It is possible to notice the interest by the Brazilian leaders to figure as a founding member of the Organization as a reflection of new external politics e economics approach in Brazil, based on multilateralism and neoliberal ideals.

KEYWORDS

GATT, WTO, international trade, Brazilian economy, neoliberalism.